



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – MPEDUC

Em obediência ao previsto no art. 4º da Resolução 82/2012 do CNMP, lavra-se, nesta data, ata da AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada no dia 17 de março de 2016, às 14h, no Salão Nobre da Câmara dos Vereadores do Município de Macaé – RJ, tendo como objetivo analisar e buscar soluções para aumentar Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Macaé, através do Projeto “Ministério Público pela Educação” – MPEDUC. A audiência iniciou-se sob a presidência da Dra. Regiane Cristina Dias Pinto, Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Macaé e do Dr. Flávio Reis, Procurador da República, os quais explicaram aos presentes os motivos da realização da presente audiência e etapas do supramencionado Projeto. A mesa foi composta pelas seguintes autoridades: o Secretário Municipal de Educação, o Sr. Guto Garcia; a Presidente do Conselho Municipal de Educação, Sra. Ilce Beraldi; o Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), Sr. Edson Dias de Carvalho; o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Sr. Mickael Borges; a representante de pais no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Sra. Neuza Maria Pereira Pinto; o vereador, Sr. Igor Sardinha; o vereador Sr. Manoel Francisco; além dos Membros do Ministério Público supracitados. Inicialmente, o Exmo. Sr. Dr. Procurador da República Flávio Reis tomou a palavra e, depois de agradecer a presença de todos, enalteceu a benevolência da Câmara Municipal, na pessoa dos Vereadores presentes, por terem cedido o espaço. Em seguida, ressaltou a importância da Audiência Pública e do Projeto que tem sido feito em todo Brasil. Informou que nos municípios em que o MPEDUC foi implementado, já houve resultados muito significativos em relação à progressão do IDEB. Disse que a ideia central, nesta data, é de ouvir os anseios e propostas da população, no que tange à educação neste município e, também, fazer uma detalhada explanação acerca do supracitado Projeto. Neste compasso, o Dr. Flávio Reis apresentou os objetivos do “Ministério Público pela Educação”,



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

informando como seria a rotina dos trabalhos na audiência. Explicou que cada cidadão teria cinco minutos para se manifestar. Posteriormente, ofereceu e mandou que fosse distribuída uma cartilha com o resumo das diretrizes e objetivo do Projeto. Nas palavras do Sr. Procurador da República, o objetivo basilar do Projeto é estabelecer o Direito à Educação como prioridade de atuação do Ministério Público no Município. O Sr. Procurador da República falou da importância de levar ao conhecimento da população informações essenciais sobre o funcionamento do Município no que concerne ao tema. Disse que muitos desses dados já se encontram no site do MPEDUC. Disse que essas informações trazem uma leitura que vai compor uma fotografia das deficiências da Educação Municipal. Salientou que os dados que vêm de um diagnóstico realizado através dos próprios diretores de escolas, os quais preencheram questionários anteriormente oferecidos. Disse que o Projeto também tem por objetivo acompanhar a execução de políticas públicas e verificar a existência e a efetividade dos Conselhos Sociais de acompanhamento, os quais trazem seus representantes à mesa desta Audiência Pública. Ato contínuo, apresentou as etapas do projeto já realizadas, como a instauração do Inquérito Civil Público (MPRJ nº. 2015. 01198054); a reunião de apresentação do Projeto para a Prefeitura Municipal de Macaé, em que estiveram presentes o Prefeito, Secretário Municipal de Educação e os Conselhos Municipais; a apresentação do Projeto aos cento e quatro diretores de escolas deste Município, ocorrida em reunião no Centro de Convenções desta Cidade; a apresentação dos questionários que se prestam a traçar aspectos estruturais das escolas municipais, a fim de traçar um diagnóstico da situação da educação nesta cidade; a Audiência Pública, a qual hoje se realiza; a formação de grupos de trabalho para visita das escolas, com o fito de detectar as condições estruturais das escolas, e de como se encontra a qualidade da alimentação escolar; oportunamente, foram disponibilizadas as fichas para cadastramento de voluntários a compor os grupos de trabalho; O Procurador da República aduziu acerca das Recomendações que, num momento futuro, serão feitas e encaminhadas ao Poder Público Municipal; disse que, ao final, haverá uma nova Audiência Pública com a finalidade de



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

trazer os resultados do Projeto em tela. Passada a fala à Dra. Regiane Cristina Dias Pinto, esta agradeceu a presença de todos, apresentou-se, disse que em seu trabalho sempre priorizou a formação de parcerias com a Sociedade Civil e que vem ampliando cada vez mais esse mecanismo, e que o MPEDUC é um projeto colaborativo, que necessita da participação de pais, diretores, representantes do Governo, representantes da Casa Legislativa. Relatou que o Ministério Público tem diversas ferramentas, mas valoriza sobremaneira a ferramenta que se chama: extrajudicial, a qual engloba parceria, a comunicação com a sociedade e a união de esforço. Explicitou que o Projeto visa instalar um sistema de acompanhamento e que esse mecanismo, como bem disse o Dr. Flávio Reis, é composto por sete etapas e, ainda, falou sobre a importância de cada uma. A Promotora de Justiça esclareceu que todas as informações referentes ao projeto estão disponíveis no sítio eletrônico www.mpeduc.mpf.mp.br. Ressaltou que, através deste sítio, depois desta audiência, já estarão disponíveis alguns dados já amealhados pelo levantamento realizado junto às escolas municipais. Informou que o desejo de todos é o de compreender mais e melhor as questões afetas às necessidades das escolas e de seus servidores. Esclareceu que um dos focos é ouvir a sociedade sobre as impressões e constatações acerca de como se encontra o ensino neste município. Aduziu que com base nessas informações o Ministério Público vai buscar identificar as deficiências da rede de ensino e a seguir vai se trabalhar extrajudicialmente para construir algo melhor. Afirmou que este Projeto se inicia e se encerra sem ações judiciais. Disse que o projeto vai do início ao fim com o esforço coletivo da sociedade, com recomendações administrativas, empenho e motivação, promovendo assim a melhoria no ensino municipal. Todavia, a Dr. Regiane deixou claro que, no decorrer do trabalho, podem surgir notícias, as quais podem ensejar no futuro alguma intervenção. Contudo, a Dra. Promotora de Justiça reafirmou que o objetivo precípuo é trabalhar em parceria com as autoridades estaduais, locais, federais e com toda a comunidade para melhorar o IDEB do Município de Macaé. A Dra. Regiane Cristina Dias Pinto fez ainda uma breve explanação sobre o IDEB e sua importância. Encerrando a sua fala, conclamou os



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

presentes a acompanharem, nos sítios eletrônicos competentes, os fundos aplicados na Educação Municipal. Disse que este é um ato de cidadania proativa. Trouxe a baila informações técnicas sobre as verbas aplicadas à educação, e expôs que isso deve fazer parte do debate na Sociedade. O Procurador da República retomou a palavra e falou da importância dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), os quais têm trabalhado muito próximos ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Explanou detalhadamente sobre a função dos Conselhos. Depois, chamou os presentes a participar do MPEDUC junto com os Conselhos e disse que a partir desse momento passaria a palavra aos cidadãos inscritos. Inscreveram-se para manifestação os seguintes cidadãos: Guto Garcia (Secretário Municipal de Educação); Edson Dias de Carvalho (Presidente do CACS-FUNDEB); Ilce Beraldi (Presidente do Conselho Municipal de Educação); Mickael Borges (Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE); Igor Sardinha (Vereador); Manoel Francisco (Vereador); Maxwell Souto Vaz (Vereador); Amaro da Silva (Vereador); Chico Machado (Vereador); Marcel Silvano (Vereador); Helena Castro (Colégio Municipal Maria Letícia), Andrea Garbelini Cuzzatti (Escola Caetano Dias); Sol Gray (Colégio Municipal do Sana); Rogério Freire (Secretaria de Agroecologia); Balade Cristina (Orientadora Pedagógica); Josemarlen Silva (SEMED); Eder Peçanha (Colégio Municipal G. Pimentel); Flávio Silva da Rocha (Secretário de Ordem Pública); Luiziana Almeida (Colégio Municipal Botafogo); Roggê Perrim (Conselhos); Paulo Sérgio de Barcelos (CMDPD); Danielle Freire (CIEP Maringá) e Marcelo Oliveira (Colégio Municipal Virgem Santa). Passada a palavra ao Sr. Guto Garcia, este elogiou a parceria com o Ministério Público Federal e Estadual, tendo em vista que haverá recomendações ao Município. Disse que não há nada melhor do que essas recomendações para que sejam melhor aplicados os recursos destinados à educação do Município. Agradeceu o fato de que mais de 90% (noventa por cento) dos diretores de escolas preencheram os questionários do MPEDUC, auxiliando assim no diagnóstico da educação escolar. Esclareceu que a rede municipal



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

de ensino tem mais de quarenta mil alunos e que foram recebidos mais de oito mil apenas nesse corrente ano letivo. Fez uma explanação técnica sobre a Prova Brasil e sobre a fórmula matemática utilizada para se calcular o IDEB. Informou que o IDEB do Município vem crescendo ano a ano. Falou brevemente sobre a estrutura das escolas e sobre obras realizadas. Disse que ainda falta muita coisa a se fazer, mas que o Município de Macaé vem trabalhando incessantemente para melhorar a qualidade do ensino público. Chamado a falar, o representante do CACS-FUNDEB, Sr. Edson de Carvalho ressaltou a dificuldade de trabalho enfrentado no Conselho, tendo em vista a falta de estrutura. Esclareceu que o Secretário de Educação se comprometeu a fornecer viaturas, folhas, subsídios para desenvolver melhor o trabalho do referido Conselho. Convidada a se manifestar, a representante do Conselho Municipal de Educação, a Sra. Ilce Beraldi explicou que o citado Conselho é um órgão normativo, e, portanto, quando faz uma recomendação, esta deve ser cumprida. Disse que quando o Conselho traz uma legislação para o âmbito municipal, a mencionada é fundada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Aduziu que o Conselho também é um órgão consultivo e fiscalizador. Questionou ainda a estrutura das escolas, dizendo que o aluno precisa se identificar com o espaço onde estuda, sendo este um ambiente saudável e importante para o seu desenvolvimento e para o desempenho do ofício do Professor. Posteriormente, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o Sr. Mickael Borges, o qual relatou que o Conselho exerce um trabalho voluntário, por isso, fica ainda mais patente a seriedade do que é feito. Reivindicou uma melhor estrutura para os Conselhos. Disse que o objetivo do CAE é garantir alimentação suficiente e de qualidade para todos os alunos da rede municipal de ensino. Esclareceu que o Conselho também tem o fito de fiscalizar as verbas que chegam dos outros Entes da Federação. Ato contínuo, o microfone foi passado ao Vereador Igor Sardinha, que cumprimentou os presentes, e disse que está preocupado com a nota do IDEB do Município de Macaé. Saliou, por oportuno, que o gasto com aluno neste município é bem maior do que a média do que é gasto em outros municípios pelo país, entretanto, entende



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

que isso não se reflete na nota do IDEB. Informou que fez audiência pública sobre a merenda escolar e que não houve a presença de nenhum representante do Poder Executivo deste Município. Ressaltou a precariedade na estrutura das escolas macaenses. Disse que o IDEB não está pior graças à dedicação dos profissionais da educação desta cidade. Elogiou o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público na busca por tentar melhorar a qualidade na Educação no Município. Colocou seu mandato a disposição de ajudar no Projeto, objeto desta Audiência Pública. Chamado a falar, o Vereador Manoel Francisco, cumprimentou os presentes e elogiou os objetivos traçados pelo MPEDUC. Solicitou que o aluno também fosse ouvido. Parabenizou o Secretário de Educação pelo empenho e colocou seu mandato à disposição do Projeto. Dada a palavra ao Vereador Maxwell Souto Vaz disse que este governo foi incompetente em relação ao IDEB. Relatou que a Câmara dos Vereadores tem produzido excelente material em relação à educação, mas que não tem sido atendida pelo Executivo. Apresentou ao Ministério Público material impresso elaborado pela Câmara Municipal. O Vereador Amaro da Silva fez seu reclamo no sentido de que as escolas que foram inauguradas, mas não estão aptas a atender às necessidades dos alunos. O Vereador Chico Machado recebeu a palavra e elogiou a participação do Ministério Público, pois entende que assim serão detectadas as reais necessidades da educação nesta cidade. Disse ainda que é preciso evitar os equívocos do passado. Passada a palavra ao Vereador Marcel Silvano, este falou da questão violência no dia a dia das escolas, problema que deve ser enfrentado pelo Poder Público. Ressaltou que este estado de violência motiva a evasão escolar. Com a palavra a Sra. Helena Castro (Colégio Municipal Maria Letícia) reclamou, segundo ela, da aprovação automática dos alunos e, também da estrutura precária das escolas. A Sra. Andrea Garbelini Cuzzatti (Escola Caetano Dias) falou que a educação infantil não tem IDEB para analisá-la, mas que o trabalho de base deve ser aprimorado, pois é o nascedouro de tudo. Relatou que muitos profissionais foram remanejados da educação infantil para o ensino fundamental, o que enfraqueceu os quadros de bons servidores na educação infantil. Disse que não pensar na base é não pensar no IDEB de

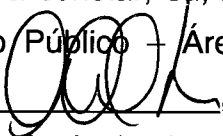


Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

amanhã. Aberta a palavra ao Sr. Sol Gray (Colégio Municipal do Sana), esse ressaltou que a educação sofre com as mazelas da política e que Macaé é cidade brasileira que já teve um dos maiores IDEBs, mas hoje se encontra em decadência. Falou de uma escola pouco atrativa, com uma estrutura péssima. Informou que os gestores têm sido absorvidos por demandas que não são as suas, tais como fazer a manutenção dos prédios, varrer os pátios, etc. O Sr. Rogério Freire (Secretaria de Agroecologia) esclareceu a importância da compra direta da alimentação escolar junto à agricultura familiar. Falou da deficiência estrutural do armazenamento de alimentos. Relatou que ajustes precisam ser realizados nas estruturas e nos equipamentos das cozinhas das escolas. Pediu a valorização do profissional e mencionou que o enquadramento no Plano de Cargos e salários não vem sendo cumprido há dois anos. O Sr. Mickael Borges (CAE) pediu novamente a palavra e solicitou uma maior desburocratização na aquisição de alimentos e reclamou da falta de estrutura de armazenamento de alimentos e defendeu uma maior segurança alimentar. O Sr. Flávio da Silva Rocha (Secretário de Ordem Pública) solicitou que se fizesse uma avaliação de políticas públicas relativas à educação. Foi dada à palavra ao Sr. Eder Peçanha (Colégio Municipal G. Pimentel), o qual falou sobre educação para crianças especiais. Ressaltou a carência de auxiliares para acompanhar as crianças especiais. Disse que o poder paralelo do tráfico está contribuindo para evasão escolar. Pediu um maior empenho em projetos de educação para jovens e adultos. A Sra. Balade Cristina (Orientadora Pedagógica) falou sobre a Prova Brasil. Ressaltou a importância da educação infantil. Elogiou o trabalho do Ministério Público. Por fim, falou da questão da Segurança Pública e de que a violência causa evasão escolar. Convidada a falar a Sr Josemarlen (Representante dos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Educação) ressaltou a importância do Serviço Social na educação. Reclamou da falta de regulamentação do Serviço Social na Educação e, finalmente relatou que há apenas sete profissionais desta área para cobrir todo o Município de Macaé. O Sr. Flávio da Silva Rocha (Secretário de Ordem Pública) solicitou que se fizesse uma avaliação de políticas públicas relativas à educação. Foi dada à palavra ao Sr. Eder Peçanha (Colégio



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Municipal G. Pimentel), o qual falou sobre educação para crianças especiais. Ressaltou a carência de auxiliares para acompanhar as crianças especiais. Disse que o poder paralelo do tráfico está causando evasão escolar. Pediu um maior empenho em projetos de educação para jovens e adultos. Por fim, retomou a palavra o Dr. Flávio Reis e pediu desculpas por conta do horário avançado e reiterou o convite a todos para que visitem o sítio do MPEDUC na internet. Encerrando a sessão, a Dra. Regiane Cristina Dias Pinto agradeceu a participação de todos, conclamando a sociedade ao trabalho e à parceria e informou que haverá nova Audiência Pública e que conta com a presença de todos. Por conta do encerramento da Audiência, não usaram a palavra os seguintes inscritos: Luiziana Almeida (Colégio Municipal Botafogo); Roggê Perrim (Conselhos); Paulo Sérgio de Barcelos (CMDPD); Danielle Freire (CIEP Maringá) e Marcelo Oliveira (Colégio Municipal Virgem Santa). Todavia, o Dr. Flávio Reis disponibilizou seu e-mail pessoal (flavioreis@mpf.mp.br) a fim de receber as considerações dos que assim quiserem se manifestar. E, para constar, eu, ALVARO AQUINO DE ASSIS DE SÁ, Técnico do Ministério Público - Área Administrativa, mat. 7574, lavrei e assino a presente  juntamente com a Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Macaé - RJ, Exma. Sra. Dra. REGIANE CRISTINA DIAS PINTO, mat. 2299 e com o Exmo. Sr. Dr. Procurador da República FLÁVIO REIS.


REGIANE CRISTINA DIAS PINTO

Promotora de Justiça Titular
1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Macaé/RJ
Mat. 2299


FLÁVIO DE CARVALHO REIS

Procurador da República